

FACULDADE DE AGUDOS – FAAG

REGIANE CRISTINA MONTILHA CAMPANHÃ

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO
SUPERIOR: um estudo de caso**

**AGUDOS
2007**

REGIANE CRISTINA MONTILHA CAMPANHÃ

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO
SUPERIOR: um estudo de caso**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
como exigência para a obtenção de licenciatura
em Pedagogia, pela Faculdade de Agudos – SP
Orientadora: Prof^a Dr^a Relma Urel Carbone
Carneiro Co-orientadora: Prof^a Ms^a Leilany
Arruda da Silva

**AGUDOS
2007**

DEDICO

Este trabalho é dedicado a todos os educadores que acreditam no poder de transformação que têm nas mãos e que usam este poder para modificar a realidade predominante na educação do nosso país.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradeço a Deus que é quem me sustenta e me proporciona a saúde, a família, os amigos, a vontade e a fé para continuar escrevendo minha história neste mundo.

Agradeço a meu esposo Luiz Henrique por sua parcela de colaboração, sabendo que só cabe a nós entendermos o processo que vivenciamos durante a construção deste trabalho.

À minha mãe pela preocupação com o meu bem estar e pelas suas orações para que Deus me sustentasse até a conclusão deste trabalho.

Não posso deixar de citar meu amado pai, pela formação ética e moral que me proporcionou durante todos os anos que passamos juntos.

Aos educadores, professoras e alunas que contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação educacional, social, cultural e acadêmica no período em que trabalhei no Espaço Pedagógico, momento ímpar na minha vida, em que pela primeira vez ouvi falar sobre uma educação democrática e transformadora.

Às minhas eternas educadoras, irmãs e amigas Leila e Leilany Arruda que durante todos esses anos contribuíram de forma direta para a minha formação. Elas foram e têm sido para mim, modelos desde o momento em que decidi me tornar uma educadora.

À minha orientadora, Profa. Dra. Relma Urel Carbone Carneiro pelas orientações e dicas na estruturação do trabalho, bem como a enorme paciência que teve comigo nos momentos em que eu me encontrava paralisada.

À Profa. Ms. Leilany Arruda da Silva que aceitou meu convite assumindo o papel de co-orientadora, estando à disposição para me socorrer nos momentos em que mais precisei.

À aluna que proporcionou a concretização deste trabalho mediante entrevista, com sua experiência enquanto aluna surda incluída no Ensino Superior, bem como sua Intérprete que de forma muito especial, enriqueceu essa pesquisa diante de tamanha garra e seriedade com que encara a Deficiência Auditiva/surdez.

"Bendize, ó minha alma, ao SENHOR, e não te esqueças de nem um só de seus benefícios"
Salmos 103:2

DEFICIÊNCIA

"Deficiente" é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"Louco" é quem não procura ser feliz com o que possui.

"Cego" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria. E só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

"Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

"Mudo" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético" é quem não consegue ser doce.

"Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser "miserável", pois miseráveis são todos que não conseguem falar com Deus.

Autor desconhecido

Estar vivo é estar em conflito permanente, produzindo dúvidas, certezas sempre questionáveis.

Estar vivo é assumir a educação do sonho cotidiano.

Para permanecer vivo, educando a paixão, desejos de vida e de morte, é preciso educar o medo e a coragem.

Medo e coragem em ousar.

Medo e coragem em assumir a solidão de ser diferente.

Medo e coragem em romper com o velho.

Medo e coragem em construir o novo.

Madalena Freire

"A dignidade humana não se reduz à habilidade para fazer algo segundo a média do desempenho adotada pelo mercado ou pela auto-afirmação individual e exclusivista e competitiva. Trata-se acima de tudo, de incluir cada ser humano em sua dignidade total no processo verdadeiramente humanizado de construir o destino histórico da humanidade sem a exclusão de seus membros"

Prof. Eustáquio Afonso Araújo

CAMPANHÃ, Regiane Cristina Montilha. **OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO SUPERIOR**: Um estudo de caso. 61 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Agudos: Agudos, 2007.

RESUMO

Atualmente fala-se em inclusão nos diversos setores da sociedade. Apesar de toda preocupação filosófica, estrutural e de garantias legais dessa inclusão, a sociedade ainda não conseguiu incluir os diferentes de forma real, não ultrapassando ainda uma visão predominantemente assistencialista. Este estudo de caso teve como objetivo principal compreender o processo escolar vivido por uma aluna surda do curso de Pedagogia, enfatizando os desafios enfrentados por ela para acessar e cursar o Ensino Superior. Buscou-se referenciais teóricos que ajudassem a caracterizar: inclusão; bilingüismo; formação de professores; surdez e dificuldades de acesso do aluno surdo ao Ensino Superior, dentre outros conceitos adquiridos através de revisão literária.

Palavras-chave: Inclusão no Ensino Superior; Deficiência Auditiva/Surdez; Políticas Públicas, Formação de professores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I	
CARACTERIZAÇÃO GERAL DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDEZ E AS ABORDAGENS DE COMUNICAÇÃO DIFERENCIADAS.....	10
1.1 A D.A./SURDEZ NUMA PERSPECTIVA FISIOLÓGICA.....	10
1.1.1 classificação da D.A./Surdez quanto à sua localização.....	10
1.1.2 classificação quanto ao período de origem da D.A./Surdez e suas principais causas.....	10
1.1.3 como se mede em graus a perda auditiva?	11
1.2 os (des)caminhos da história dos deficientes auditivos/surdos: ABANDONO, ASSISTENCIALISMO, INCLUSÃO E POSSÍVEL IGUALDADE:	12
1.3 FILOSOFIAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: oralismo, bilingüismo e comunicação total.....	14
1.3.1 o bilingüismo e a língua brasileira de sinais - LIBRAS.....	15
CAPÍTULO II	
INCLUSÃO DO D.A./SURDO no Ensino Superior.....	18
2.1 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	18
CAPÍTULO III	
A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E A PRÁTICA COM ALUNOS SURDOS	23
3.1 OS PROFESSORES: suas concepções, ações/paralizações, expectativas e (in)formações a cerca da inclusão.	23
3.2 A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO DE UM D.A./SURDO.	25
CAPÍTULO IV	
FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO DE CASO.....	28
4.1 PARTICIPANTES.....	29
4.2 LOCAL.....	29

4.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS RESULTADOS.....	30
4.3.1 INCLUSÃO DA ALUNA SURDA NO ENSINO SUPERIOR: a perspectiva dos professores	30
4.3.2 INCLUSÃO DA ALUNA SURDA NO ENSINO SUPERIOR: a perspectiva da aluna incluída.....	41
4.3.3 INCLUSÃO DA ALUNA SURDA NO ENSINO SUPERIOR: a perspectiva da intérprete.....	46
4.4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	57
ANEXO A.....	59
APÊNDICE A.....	60
APÊNDICE B.....	61

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, muito tem se falado sobre a educação de pessoas que tenham alguma deficiência ou necessidades educacionais especiais, bem como a inclusão de Deficientes Auditivos e/ou Surdos, que é um movimento que vem tomando grande proporção em muitas escolas do país.

Dentre os grandes desafios que envolvem o trabalho docente, está receber um aluno incluso. Aspectos como falta de preparo para lidar com a diversidade, falta de conhecimento da realidade desse indivíduo, de sua história de vida, das dificuldades enfrentadas por esse aluno e seus desafios, faz com que os professores na maioria das vezes sintam-se incapazes diante dessa problemática.

Se tratar a inclusão nas escolas básicas tem sido um grande desafio, autores como Fonseca (2000), consideram uma grande vitória o aluno chegar ao Ensino Superior.

Por cursar Pedagogia com habilitação em Educação Especial e optar por um olhar mais apurado a alunos que possuam a D.A./surdez, participando com igual empenho de um curso de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, me senti sensibilizada e disposta a investigar os desafios da inclusão do D.A./surdo no Ensino Superior. Creio que desta forma poderei contribuir para uma reflexão em torno desta temática, apontando caminhos que auxiliem na minimização deste problema.

A partir dessa realidade pergunta-se: quais os desafios apresentados por um aluno D.A./surdo para se chegar ao Ensino Superior? Como é feita sua inclusão? Que dificuldades enfrentam seus professores? Como se sentem em relação ao grupo de estudantes em que está incluído?

Este trabalho tem como objetivo, mostrar aos educadores e demais interessados através de aprofundamento teórico e estudo de caso, os caminhos que um aluno D.A./surdo percorre para chegar ao Ensino Superior; como acontece, de forma geral, sua formação escolar, suas dificuldades na comunicação e com isso a assimilação dos conteúdos trabalhados; conhecer as dificuldades dos professores de alunos surdos no Ensino Superior, e também a realidade da vertente bilíngüe, vertente eleita por essa pesquisa como referencial. Essas informações são importantes, pois podem auxiliar na construção de metodologias ou projetos que

minimizem as dificuldades desses alunos e todos os profissionais envolvidos no processo de aprendizagem.

Buscou-se, fundamentação teórica em autores como Bevilacqua (1998), Goldfeld (2002), Fonseca (2000), Alves (1995), Saviani (1991), Freinet (1996), Madalena Freire (1997), Paulo Freire (1997), Vygotsky (1991) e, ainda, em artigos publicados em revistas acadêmicas.

Dessa forma, estruturou-se o presente trabalho em 4 (quatro) capítulos. O primeiro capítulo enfoca a caracterização de um modo geral da deficiência auditiva/surdez, as principais causas e as épocas da vida que podem surgir e ainda, a intensidade da perda auditiva medida em decibéis; seguindo uma linha histórica, têm-se os conceitos filosóficos relacionados a questões ligadas à surdez existentes e fortemente utilizadas em nosso país.

No segundo capítulo busca-se explicar o percurso dos alunos D.A./surdos no processo de inclusão, até alcançar o Ensino Superior. Já, no capítulo III, reflete-se sobre a formação dos profissionais que precisam trabalhar diretamente com os alunos D.A./Surdos, relacionados à área da educação, sendo esta, a área de nosso trabalho.

Consideram-se no quarto capítulo os aspectos metodológicos utilizados no presente trabalho, os instrumentos utilizados e escolhidos pela pesquisadora, como questionários e entrevistas como ferramentas para constituir o estudo de caso de uma aluna surda no Ensino Superior; ainda no mesmo capítulo apresentam-se os dados e análises da presente pesquisa buscando servir de parâmetros para outros estudos sobre este tema, que tem sido cada vez mais recorrente na área da educação.

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDEZ E AS ABORDAGENS DE COMUNICAÇÃO DIFERENCIADAS

1.1 A D.A./SURDEZ NUMA PERSPECTIVA FISIOLÓGICA

Para se entender melhor os caminhos da inclusão do aluno D.A./surdo e poder intervir na sua aprendizagem de forma eficaz, é preciso conhecer a estruturação fisiológica de seu aparelho auditivo identificando suas dificuldades e limitações, bem como, conhecer as chances fisiológicas que o aluno tem para se desenvolver.

O sistema auditivo é formado por duas partes: a periférica, composta pelo ouvido externo, ouvido médio e ouvido interno e a parte central, formada pelas vias do tronco central e centros auditivos do cérebro.

1.1.1 classificação da D.A./Surdez quanto à sua localização

A D.A./Surdez pode ser **condutiva, neurosensorial, mista ou Central**. É **Condutiva** quando altera o ouvido externo ou médio; **Neurosensorial** quando ocorre na parte interna do ouvido, na cóclea ou nas fibras do nervo auditivo; a causa **Mista** é aquela localizada no ouvido externo e/ou médio e ouvido interno; é chamada **Central**, quando localiza-se a partir do tronco cerebral até regiões subcorticais e córtex cerebral (BEVILACQUA, 1998).

1.1.2 classificação quanto ao período de origem da D.A./Surdez e suas principais causas

A origem da D.A./Surdez pode ser de várias causas. Ao longo dos anos grandes foram os avanços científicos em relação à etiologia desta deficiência, porém, este conhecimento ainda é insuficiente para identificar todas elas (RINALDI, 1997).

É sabido que existem vários fatores que desencadeiam uma perda auditiva, portanto para que o diagnóstico seja relevante, é preciso considerar o histórico da gravidez da mãe, bem como, sua linha genética e ainda o período em que esta deficiência apareceu.

Bevilacqua (1998) classifica os períodos da vida em que as D.A./surdez podem ocorrer como **pré-natal, peri-natal e pós-natal**.

Na fase **pré-natal**, várias podem ser as causas, como ocorrência de *malformação* no ouvido externo ou médio, *fatores genéticos ou hereditários*, *infecções intra-uterinas* provocadas por alguns tipos de doenças ocorridas com as mães gestantes, ou ainda, o *uso de drogas ou medicamentos ototóxicos* que podem ocasionar a deficiência no feto; e também *alterações congênitas* do sistema nervoso central.

Na fase **peri-natal** (momento do nascimento), podem ocorrer alguns problemas que desencadeiam uma deficiência, *como um bebê prematuro, falta de oxigenação no sangue, infecção hospitalar, parto de fórceps* entre outras complicações.

Há o período onde qualquer pessoa pode desencadear problema de audição ao longo de sua vida, esta fase é chamada de **Pós-natal**. Neste caso, a perda pode ocorrer devido a *infecções no ouvido externo e médio*; doenças adquiridas pelo indivíduo, como *Meningite, Caxumba, Sífilis ou Sarampo*; uso de *medicamentos ototóxicos*; *avanço de idade*; *uso contínuo de aparelhos que possuam fones de ouvido*; *trabalhos em ambiente de alto nível de pressão sonora*; *alterações vasculares cerebrais, traumas cranianos*; ou *doenças que afetam o sistema nervoso central*; também pode estar associado há algumas *síndromes neurológicas* como Síndrome de Down e de Waldenburg.

Passa-se agora a identificar os graus de D.A./surdez e suas características.

1.1.3 como se mede em graus a perda auditiva?

Segundo Lopes apud Bevilacqua (2007), para se fazer uma avaliação da audição periférica, se faz necessário, utilizar-se de um instrumento construído para medir a sensibilidade auditiva através de um teste. Este exame é chamado de Audiometria Tonal Limiar (ATL), que permite quantificar as perdas auditivas em relação ao grau: leve; moderada; severa ou profunda e quanto ao tipo: condutiva; mista ou neurosensorial.

Pode-se observar, segundo Bevilacqua (1998), a classificação das Deficiências Auditivas/surdez quanto ao grau bem como as alterações auditivas que podem ocorrer nos indivíduos.

Este mesmo autor declara ainda que as pessoas com níveis de perda auditiva leve, moderada e severa são mais freqüentemente chamadas de deficientes

auditivos, enquanto os indivíduos com níveis de perda auditiva profunda são chamados surdos.

A perda leve, está no limiar tonal de 15 a 30 dB. Por ser uma perda leve não é necessário o uso de aparelho auditivo, e raramente trará alguma consequência para o indivíduo.

Na perda moderada a classificação está entre 31 e 60 dB, pode causar um atraso no desenvolvimento da fala e linguagem, porém com uso de aparelho de amplificação sonora individual – (AASI), a criança pode desenvolver a linguagem oral normalmente.

Na D.A./surdez severa a perda está entre 61 e 90 dB. A pessoa terá dificuldades para desenvolver a linguagem oral espontaneamente. Há necessidade do uso de AASI e ou implante coclear, bem como de acompanhamento especializado e esforço contínuo por parte da criança. Diante dessas dificuldades, o desenvolvimento da fala, linguagem e aprendizado podem ou não acontecer. Neste grau de D.A./surdez, a pessoa já pode optar pela utilização da Língua de Sinais (BEVILACQUA, 1998).

Para Martinez (2000) quando a perda é maior que 90 dB, considera-se uma deficiência auditiva profunda que impede o indivíduo de ouvir a voz humana e adquirir, espontaneamente, o código da modalidade oral da língua, mesmo com o uso de aparelhos de amplificação sonora, bem como o implante coclear.

1.2 os (des)caminhos da história dos deficientes auditivos/surdos: ABANDONO, ASSISTENCIALISMO, INCLUSÃO E POSSÍVEL IGUALDADE:

Pensando na inclusão social em escolas de ensino regular para os alunos D.A./surdos de forma eficaz, que contribua para uma transformação na qualidade de vida e acesso ao mundo da comunicação, se faz necessário resgatar o processo histórico que antecedeu os dias atuais, bem como a forma como eram tratados estes indivíduos ao longo dos anos.

Conforme Goldfeld (2002), na Antigüidade o D.A./surdo era visto, muitas vezes com piedade e compaixão, ou ainda como pessoas que foram amaldiçoadas pelos deuses; acreditando nestas verdades, os pais abandonavam seus filhos nas matas ou os sacrificavam.

Apenas no século dezesseis começou-se a ouvir sobre alguns educadores que demonstravam cuidados relacionados com as pessoas D.A./surdas.

Goldfeld (2002) relata que Cardano foi o primeiro a se posicionar em relação ao D.A./surdo afirmando: “é um crime não instruir um surdo-mudo”. Seguindo este pensamento, o olhar, foi sendo modificado ao longo da história, e não diferente dos dias atuais, diversas metodologias foram criadas para ensinar os D.A./surdos.

Nos dias atuais muito tem se falado sobre inclusão, porém, as pessoas demonstram conhecer pouco sobre o que de fato significa inclusão social. Forest & Pearpoint (1997) esclarecem que inclusão é *estar com*, é aprender a *viver com o outro*, é a participação das pessoas (da família, da comunidade) em uma nova e enriquecedora proposta educacional que celebra a diversidade e as diferenças.

Nos últimos anos, a inclusão social vem encontrando respaldo na legislação brasileira, hoje, existem em nosso país, muitas leis, decretos, portarias, resoluções, instruções, e medidas provisórias no âmbito das legislações federal, estadual e municipal. Percebe-se, um avanço na área jurídica na busca de direitos às pessoas com necessidades educacionais especiais.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases LDB 9394, assegurou que as crianças deficientes física, sensoriais e mentais, podem e devem estudar em classes comuns de ensino regular, iniciando seu processo de inclusão, na educação infantil e por todo o percurso escolar. Para tanto, se faz necessário, contar com os serviços de apoio especializados para atender as peculiaridades destes alunos integrados oferecendo-lhes métodos, técnicas, recursos, professores especializados, entre outros, para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996).

O processo de inclusão se refere a uma ação educacional que visa estender ao máximo a capacidade do aluno com necessidades educacionais especiais na escola e na classe regular, além de ser um processo constante que precisa ser continuamente revisto.

A Declaração de Salamanca, de junho de 1994, afirma que: “qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados”.

Vê-se que existem muitos dispositivos legais que defendem a educação para todos, porém, esses direitos, não alteram a realidade social.

Muitos podem ser os fatores que distanciam a família ou o próprio deficiente das lutas pelos direitos que estão estabelecidos nas leis.

Problemas de desconhecimento das leis, dificuldades de acesso aos órgãos responsáveis, burocracia para a comprovação da necessidade educacional

especial, bem como os problemas pontuais das famílias como; limitações financeiras, educacionais, culturais, emocionais, ou ainda o esgotamento ante as lutas que provavelmente passam diariamente contra a própria deficiência entre outras dificuldades, são fatores que podem colaborar para uma não efetivação da busca ou ainda para a finalização dos tramites legais necessários para que estes direitos educacionais aconteçam.

Segundo o Ministério da Educação, dados no Censo 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que existem no Brasil 5,7 milhões de pessoas com D.A./surdez, o equivalente a 2% da população brasileira. Dessas, mais de 406 mil em idade escolar, no entanto, somente 56 mil cursavam a educação básica no ano de 2003. No Ensino Médio este número caiu para 2 mil e quando avaliamos o acesso às universidades, número cai ainda mais, chegando apenas a 300 (MEC 2005).

Percebe-se, portanto a necessidade de se criar políticas públicas que possam atender esta demanda de forma eficaz, com todo embasamento teórico que se faz necessário para que haja uma inclusão realmente significativa.

É preciso conhecer os recursos facilitadores da comunicação disponíveis atualmente, pois podem auxiliar os envolvidos nesta tarefa de realizar uma verdadeira inclusão, minimizando desta forma os ruídos que possam atrapalhar a eficácia do trabalho de ensino-aprendizagem, ruídos estes inerentes à dinâmica de uma sala de aula.

Apresenta-se a seguir, as linhas filosóficas que permeiam nosso país, buscando de forma séria, contribuir para o desenvolvimento da linguagem e também cognição do indivíduo D.A./surdo.

1.3 FILOSOFIAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: oralismo, bilingüismo e comunicação total

Segundo os estudos de Goldfeld (2002), no Brasil existem três abordagens filosóficas distintas que teorizam e permeiam o mundo dos D.A./surdos, porém todas elas lutam pelo mesmo objetivo, que é o de garantir a aquisição da linguagem e o desenvolvimento cognitivo de todos.

São as filosofias: **oralismo; bilingüismo e comunicação total.**

A **filosofia oralista** traz em sua concepção a necessidade de integrar o D.A./surdo à comunidade em geral, ensinando-o a linguagem oral de seu país. Esta filosofia necessita de muito esforço por parte da família, da criança e dos profissionais especialistas, como: fonoaudiólogos; psicólogos; terapeutas ocupacionais; pedagogos, dentre outros que possam oferecer uma estimulação sistematizada da língua oral, sabendo que esta forma de aquisição de linguagem, acontecerá de forma artificial, podendo não garantir o pleno desenvolvimento da criança D.A./surda e nem sua integração à comunidade ouvinte.

Na vertente da **comunicação total** vê-se a importância da criança se comunicar com todos da maneira como for necessária. Busca-se o desenvolvimento da linguagem oral, mas se acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol da aprendizagem da língua oral. Para que esse desenvolvimento ocorra de forma satisfatória, é permitida a utilização de qualquer recurso lingüístico, seja ele, oral, em códigos manuais ou ainda na língua de sinais, não havendo, desta forma, uma preocupação de haver um ensino de uma língua formal.

A seguir, fala-se sobre a vertente bilíngüe de uma forma mais detalhada e ampla, por ser esta a vertente escolhida para o desenvolvimento deste trabalho.

1.3.1 o bilingüismo e a língua brasileira de sinais - LIBRAS

"É impossível para aqueles que não conhecem a língua de sinais perceberem sua importância para os surdos, sua enorme influência sobre a felicidade moral e social dos que são privados da audição e sua maravilhosa capacidade de levar o pensamento a intelectos que de outra forma ficariam em perpétua escuridão. Enquanto houver dois surdos no mundo e eles se encontrarem, haverá o uso de sinais." (J.Schuylerhong)

A vertente bilingüista é uma filosofia educacional que parte do pressuposto que o D.A./Surdo deve aprender a se comunicar através da língua de sinais reconhecida como sua língua materna, e em segundo momento, poderá acontecer a aquisição de uma segunda língua, a oficial do país em que vive, podendo esta, ser oral e/ou escrita.

Para Goldfeld (2002) esta filosofia bilingüista traz de mais importante, o fato de que os surdos formam uma comunidade com cultura e língua próprias,

respeitando a pessoa surda e seus sentimentos, e não apenas os aspectos biológicos ligados à D.A./Surdez.

Sacks (1989), seguindo a nomenclatura da comunidade surda americana utiliza o termo Surdez (com S maiúsculo) para designar um grupo lingüístico e cultural e o termo surdez (com s minúsculo) para designar uma condição física, a falta de audição. Os estudos da vertente bilinguista têm como foco principal o Surdo, em sua forma singular de agir, pensar, e não apenas os aspectos biológicos ligados à surdez. Nesta vertente, o termo deficiente auditivo não é bem vindo, uma vez que acreditam não haver deficiência de nada e sim uma condição fisiológica diferenciada na estruturação do aparelho auditivo quando comparados aos ouvintes.

Rocha-Coutinho (1986) considera que o deficiente auditivo não poderá adquirir uma língua falada como língua nativa, porque ele não tem um sistema de audição que forneça uma resposta a sua fala, portanto nunca será algo natural. Considerando esta posição, Goldfeld (2002) diz que a língua de sinais seria a única língua que o surdo poderia dominar plenamente e que atenderia todas as necessidades de comunicação e cognitivas.

A Língua Brasileira de Sinais – Libras, é reconhecida através da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas (BRASIL 2005). Com esta conquista os D.A./surdos já podem proclamar uma grande vitória.

O reconhecimento ocorreu ainda, através de estudos comprovados cientificamente, como um sistema lingüístico de comunicação gestual-visual, com estrutura gramatical própria, proveniente das Comunidades Surdas Brasileiras, portanto, é independente da língua portuguesa, possuindo regras morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias, possibilitando assim, o desenvolvimento cognitivo dos surdos, favorecendo o acesso destes aos conceitos e conhecimentos existentes.

É uma língua natural, que deve ser incorporada na vida da criança, assim como a língua portuguesa é na vida de uma criança oralista, ou seja, não de forma ensinada ou aprendida e sim espontaneamente, a partir de conversas reais que acontecem durante a comunicação viva entre as pessoas.

Os usuários da LIBRAS são especificamente os D.A./surdos, familiares, profissionais especialistas que atuam diretamente com estes indivíduos ou ainda

todas as pessoas que tenham interesse por utilizar, pesquisar e aprender esta língua (FERNANDES, 2003).

CAPÍTULO II

INCLUSÃO DO D.A./SURDO no Ensino Superior

2.1 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Em concordância com a Política Educacional Brasileira, a Educação Especial possui os mesmos objetivos da Educação Geral, já preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96.

O acesso ao Ensino Superior em níveis Estadual/Federal para o aluno deficiente de forma geral e em especial ao aluno D.A/surdo é muito seletivo. A conquista de um espaço em uma universidade é fruto de um trabalho de muita qualidade, com acompanhamento em toda a sua trajetória escolar.

O sistema educacional para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, no Ensino Superior precisa reconhecer se na Educação Básica, houve um desenvolvimento cognitivo de forma mais ampla e global, centrada nos conhecimentos adquiridos pelo aluno D.A/surdo e não apenas nos conteúdos esperados para todos os alunos, que disputam a mesma vaga na universidade.

Considerando as faculdades particulares, o ingresso é mais acessível, mas, assim como em outras grandes universidades, as dificuldades começam a aparecer quando o aluno se depara com o professor que não está preparado para desenvolver o mínimo de comunicação necessária.

Muitos fatores podem ser citados aqui, como: falta de escolaridade suficiente para acompanhar os estudos; falta de incentivo por parte da família e dos amigos; problemas financeiros ao desejar cursar uma instituição particular ou ainda, problemas nas políticas públicas das universidades estaduais e federais do país.

Diante destas dificuldades reais na vida dos D.A/surdos, resolveu-se dispensar um olhar mais atento em relação as políticas públicas na inserção dos alunos de uma forma geral.

Pensando as políticas de seleção utilizadas pelas universidades públicas através dos vestibulares, percebe-se que este sistema é de exclusão, uma vez que não há vagas nas universidades para todos. A forma como é feito o processo de escolha aos alunos que entram para a universidade, é classificatória, em que o conhecimento é medido em quantidade de acertos, sendo este critério de avaliação injusto e totalmente excludente, partindo do pressuposto que nem todos

os alunos tiveram as mesmas oportunidades de aprendizagem. Fala-se aqui, da maioria dos brasileiros que tiveram sua formação na escola pública, e, por motivos como, falta de recursos, falta de capacitação de professores ou ainda, falta de visão e estímulo dos pais em relação ao incentivo à progressão aos estudos, não garantiram o ensino/aprendizagem suficiente para a competição que é muito forte por parte dos alunos *bem preparados pela escola particular*.

Analisando a realidade de todas as pessoas concorrentes às vagas nas universidades públicas brasileiras, percebe-se que a entrada de um aluno considerado pela sociedade como *normal*, porém, com poucos recursos ao longo de sua vida escolar é muito difícil. Transpondo-se essa realidade ao aluno D.A./surdo ou que tenha outra deficiência, pode-se inferir sobre as chances de ingresso em uma universidade pública serem muito pequenas diante de todas as dificuldades já explanadas neste trabalho.

Conforme Costa (2005) muitas universidades têm se adequado à portaria do MEC nº 1.679/99, que determinou a reestruturação das universidades brasileiras, a fim de facilitar o acesso aos deficientes auditivos, garantindo desta forma o direito ao aluno D.A.surdo o acesso ao intérprete de LIBRAS na sala de aula, cabendo a instituição contratá-los em momento oportuno.

Conforme as publicações da SEESP, *Secretaria de Educação Especial*, disponíveis no site do MEC, descreve-se abaixo os decretos e portarias que contribuem para que os direitos de educação para os portadores de necessidades especiais sejam garantidos, de forma a orientar o trabalho das Instituições que buscam uma real inclusão de forma significativa para todos os alunos que precisem de adaptações específicas, bem como, a preparação pedagógica para a equipe de profissionais que deverão interagir com este aluno.

O Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, propõe equiparação de oportunidades, cabendo às instituições de Ensino Superior oferecer adaptações necessárias no processo seletivo de provas, inclusive tempo adicional para a realização das provas, previamente solicitadas pelo aluno portador de deficiência.

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172 de 09/01/2001, estabelece Diretrizes Curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos de forma a melhorar o atendimento às necessidades diferenciadas dos alunos.

O Decreto 3956, de 08/10/2001, promulga a Convenção Interamericana da Guatemala, para a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.

E ainda; a portaria nº 3284 do MEC de 07/11/2003, que explicita a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao Ensino Superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações; determina que sejam incluídos, nos instrumentos destinados a avaliar as condições de ofertas de cursos superiores, os requisitos de acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.

Estas normas devem amparar qualquer instituição nas áreas educacionais, arquitetônicas, e na disponibilização das tecnologias que se fizerem necessárias para o desenvolvimento do aluno.

Universidades vêm dispensando em seus currículos e concepções do que vem a ser a educação inclusiva, um olhar mais humano voltado para a verdadeira socialização de alunos considerados diferentes, ou ainda portadores de necessidades especiais, três Universidades foram escolhidas para ilustrarem com alguns exemplos, o presente trabalho.

A Universidade Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) vem desenvolvendo um trabalho exemplar às demais universidades que desejam oferecer estudos a alunos deficientes físicos e sensoriais (auditivos e visuais).

Esta Universidade, juntamente com sua Secretaria de Ação Comunitária, criou através da portaria 011/2004 de 26/03/2004, o Núcleo de Apoio à inclusão dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NAI).

O NAI é um núcleo de apoio aos alunos com quaisquer deficiências que ingressam na universidade da PUC Minas. Estes alunos são atendidos desde o vestibular, até a conclusão do curso, incluindo ainda o atendimento às dificuldades destes alunos de natureza didático-pedagógica ou de acessibilidade. Este suporte busca auxiliar os professores para que as aulas e as atividades extra-classe se tornem mais adequadas às necessidades e diferenças individuais de cada aluno.

A área de Deficiências Auditiva/surdez tem uma coordenação que desenvolve várias ações, como *Programa de Apoio Pedagógico ao Aluno Surdo* que permite uma análise das reais necessidades do aluno para que seja possível elaborar um plano específico de intervenção pedagógica.

Existem ainda na PUC Minas: Oficina de linguagem, leitura e escrita; Oficina de LIBRAS; Seleção de Intérprete de LIBRAS; Programa de Qualificação dos Intérpretes de LIBRAS e Criação de estudos temáticos da língua de sinais (ampliação de signos). Esta instituição criou uma cartilha que descreve todas as propostas da política institucional que faz parte da missão de todos os funcionários e alunos que estão comprometidos com a Educação Superior.

Outra instituição que desenvolve importante trabalho inclusivo é a ULBRA (Universidade Luterana do Brasil) é uma Universidade particular localizada no Rio Grande do Sul e hoje atende 85 alunos D.A./surdos. Está sendo implantado nesta instituição o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Este estatuto aguarda aprovação no Congresso, mas a Universidade, já tem utilizado algumas orientações por meio do Instituto de Pesquisas em Acessibilidade da ULBRA (IPESA/ULBRA). Com o respaldo das leis contidas no Estatuto, já foram contratados 12 profissionais intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para o acompanhamento acadêmico dos alunos surdos da Universidade.

Conforme o Professor Teske do IPESA, os intérpretes estão sendo disponibilizados para todos os cursos existentes na instituição, entre eles: Arquitetura; Serviço Social; Pedagogia; Geografia; História; Artes Visuais; Educação Física entre outros. Segundo o professor, alguns profissionais já estão buscando qualificação em áreas afins para facilitar o aprendizado dos estudantes com deficiência.

A instituição de ensino que acolhe a aluna do nosso estudo de caso situa-se no centro-oeste do Estado de São Paulo. Esta instituição vem se destacando nessa região por ter uma grade curricular diferenciada em razão da habilitação em Educação Especial, e ainda, por desenvolver projetos sociais em benefício da população carente e projetos de inclusão de crianças da rede pública que possuem necessidades educacionais especiais principalmente na área da D.A/Surdez.

Existem dois programas específicos para atender a população de D.A/surdos da região: o primeiro programa se encontra em processo de estudo para que em tempo oportuno possa ser colocado a disposição da população de forma satisfatória. Este trabalho tem como título - *Programa de Assessoria Pedagógica a Estudantes com Dificuldades de Aprendizagem*. Este programa tem o intuito de ser desenvolvido em parceria com as escolas públicas da cidade e da região. Seu

objetivo principal será o de oferecer suporte pedagógico a estudantes D.A/surdos da rede pública de ensino, que possuam dificuldades de aprendizagem, uma vez, que as escolas públicas na maioria das vezes não estão preparadas para recebê-los. Este projeto será desenvolvido entre alunos e professores do curso de Pedagogia.

Outro programa que vem sendo desenvolvido pela instituição é o *Projeto Mãos que falam*. Este projeto atende crianças e adolescentes D.A/surdos de toda a região e tem uma proposta de apoio cultural através de aulas de dança, capoeira, coral, bem como atividades em museus, cinema, shows e se estende à comunidade de uma forma geral. Enquanto as crianças desenvolvem suas atividades, os familiares recebem aulas de libras, para melhor se comunicarem com as crianças, e desenvolvem artesanato que pode ser comercializado gerando um melhor orçamento na renda familiar.

Durante a semana as crianças recebem apoio pedagógico com programas especialmente desenvolvidos para eles na sala de informática da Instituição. O projeto atende 12 crianças e adolescentes, e assim como o primeiro projeto, é desenvolvido por professoras e alunas da Instituição.

CAPÍTULO III A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E A PRÁTICA COM ALUNOS SURDOS

3.1 OS PROFESSORES: suas concepções, ações/paralizações, expectativas e (in)formações a cerca da inclusão.

[...] o pensar é a mola do processo de aprendizagem para a transformação do sujeito e da realidade, pensar que se deve ser instrumentalizado permanentemente pelo educador, pois pensar envolve duvidar, perguntar, questionar, pesquisar.
Madalena Freire

Sabe-se que os professores trazem consigo concepções próprias e valores variados sobre o que vem a ser uma pessoa surda. Nesse sentido, pondera-se sobre o pensamento de Zabalza (1994) que afirma existir uma relação, mesmo que não linear e clara entre as concepções elaboradas ao longo da vida e as explicações construídas pelos professores para os desafios enfrentados na prática docente. Quando trazemos esse pensamento para a questão do que é incluir o aluno surdo em sala regular, vemos que a concepção anterior do professor acerca do que é inclusão vai interferir na eficácia desse processo.

Os professores em geral, demonstram conhecer pouco sobre qualquer pessoa que não esteja dentro da normalidade pré-estabelecida pela sociedade. Para Freire (1997), isso se deve à tendência que esses profissionais têm de idealizar o processo dos alunos como algo linear, único e modelar. A visão que esse autor constrói para ser humano nos ajuda a entender melhor a inclusão como categoria que deveria estar presente no olhar de qualquer educador. Para Paulo Freire (1997), o ser humano é um ser histórico e social, isso é, tem em si mesmo as características que o torna único, sendo fruto de uma cultura que é local, temporal, mas que não determina quem ele é de forma imutável.

Partindo-se dessa perspectiva, compreende-se que o ser humano tem suas particularidades e que para educá-lo torna-se necessário compreender que aquele ideal de homem engessado, único, inviabiliza essa tarefa.

Então, encontra-se aí a primeira dificuldade que o professor enfrenta quando se depara com essa realidade, a aceitação de que todas as pessoas são diferentes e que educar o diferente exige quebra de concepções prontas, respeito a essa diversidade, paciência e o anseio pela busca de novas estratégias de ensino. Assim, uma das condições para que a inclusão ocorra de forma eficiente, é o

professor acreditar que ela é possível e viável, deste modo, todas as demais posturas e objetivos propostos podem ser alcançados.

Há ainda a dificuldade de realizar um bom trabalho pela falta de formação especializada que muitos tiveram. Segundo Dorziat (2002), há uma limitação teórica na formação dos professores, mas o importante é ressaltar que, para se garantir o sucesso do trabalho com o aluno D.A./surdo, existem fundamentações epistemológicas que devem servir de guia para a construção da prática, sendo fundamental analisar as realidades dos educandos de forma individualizada, considerando sua realidade e com isso refletir profundamente sobre as características deste aluno e quais foram as bases ideológicas em que ele se formou, olhando para este ser humano em sua plenitude.

É preciso assumir uma concepção de ensino que se baseie nas possibilidades de aprendizagem e não nas limitações, visando assim a igualdade de oportunidades tanto para alunos D.A./surdos como ouvintes.

Para Leontiev (1978) as explicações sobre as particularidades específicas do indivíduo humano, a sua atividade e o seu psiquismo devem ser consideradas tendo em vista as relações entre estas especialidades adquiridas no desenvolvimento da sociedade.

A abordagem de uma Pedagogia histórico-crítica, em consonância com as bases da Psicologia sócio-histórica, representada por autores como Vygotski, Leontiev e outros, segue esse caminho para fundamentar as questões de ensino.

Nesta perspectiva de buscar entender os alunos como indivíduos que trazem consigo uma história de vida única a qual se formou diante das relações sociais, este professor se sente desafiado por não ter tido uma formação especializada para atender este público com suas especificidades.

Então, quando o professor depara-se em sua prática com os desafios que emergem da inclusão, deve buscar subsídios para atender à nova necessidade instaurada em sua sala de aula. É diante da realidade que surgem o desejo e a necessidade de se buscar conhecimento, materiais, metodologias e todo embasamento teórico para que o resultado seja satisfatório.

Conforme mencionado no capítulo anterior, existem basicamente três vertentes que permeiam o trabalho com a pessoa deficiente auditiva/surda, que são elas: Oralismo; Bilingüismo e Comunicação Total.

Faz-se necessário, portanto, que os professores conheçam todas as vertentes para que, em momento oportuno, façam uso da vertente utilizada pelo aluno D.A./ surdo e sua família, lembrando ainda que o papel principal do professor é educar e que existe em sua sala de aula, muitos outros alunos ouvintes, a quem o processo de ensino/aprendizagem deve ser garantido. Portanto, o professor e o aluno D.A./surdo têm o direito de ter em sua sala o auxílio de um segundo profissional: o Intérprete de Libras, esse profissional fará a ponte entre o professor, o aluno e o conhecimento.

3.2 A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO DE UM D.A./SURDO

A aprendizagem e desenvolvimento de um aluno D.A./surdo em uma Universidade, deve ser proporcionada de forma igualitária as dos demais alunos.

É preciso salientar que o professor tem o desafio de garantir a aprendizagem a todos os alunos, porém, este professor deve procurar as metodologias diferenciadas que se fizerem necessárias para que consiga atingir seu objetivo.

Reconhece-se o uso da língua de sinais pelo intérprete em sala de aula, como uma necessidade educacional especial, sendo a disponibilização de um profissional fundamental para que a comunicação ocorra de forma significativa entre o professor ouvinte e o aluno D.A./surdo e também entre esses e os alunos ouvintes.

A LIBRAS é a língua materna dos alunos surdos, e é este o meio de comunicação deles, portanto, é fundamental a presença de um intérprete na sala de aula. Mesmo o professor dominando esta linguagem, em momentos de aula expositiva com os alunos ouvintes, seria praticamente impossível se usar a língua de sinais ao mesmo tempo, prejudicando os dois grupos.

A figura do intérprete evoluiu ao longo dos anos em muitos países. O surgimento desse profissional ocorreu através da necessidade de tradução da língua oral para uma forma que alcançasse o entendimento da pessoa D.A./surda. Essas pessoas que se dispunham a interpretar/traduzir, o faziam de forma voluntária, na maioria das vezes em trabalhos religiosos ou assistenciais. O reconhecimento profissional foi acontecendo, na medida em que o D.A./surdo foi conquistando o seu espaço na sociedade, tendo inclusive seus direitos garantidos por lei, como consta

no decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Desta forma, percebe-se que é de extrema importância investir na qualificação deste profissional, bem como assegurar seus direitos nas leis deste país.

Para Carneiro (2007), a presença do intérprete de Libras em sala de aula ainda não é uma realidade em todas as escolas por fatores variados, incluindo a falta de profissional disponível no mercado. Esta falta de profissional dificulta o cumprimento da lei pelas instituições, uma vez que há poucos intérpretes profissionais que possam assumir tais postos. Diante desta realidade, pouco se faz para estimular a população D.A./surda a ingressar no Ensino Superior, uma vez que as instituições terão dificuldades em contratar um intérprete profissional em cumprimento à lei.

A presença do intérprete em sala de aula é fundamental para o sucesso da inclusão do D.A./surdo, partindo do pressuposto definido por Rosa (2005), o intérprete de língua de sinais utiliza a modalidade visual-gestual; assim o ato interpretativo só acontece com a presença física deste profissional. Quando trazemos o papel do interprete para a sala de aula precisamos considerar que a interpretação não é consecutiva e nem literal, pois enquanto o professor está discursando sobre determinado assunto e interagindo diretamente com os alunos ouvintes, o intérprete está contextualizando ao aluno D.A./surdo o que foi dito pelo professor, uma vez que a LIBRAS tem estrutura própria, não ocorrendo portanto em tempo real à língua oral. Essas diferenças de linguagem e tempo existentes entre a comunicação oral e LIBRAS devem ser consideradas com atenção particular, mostrando assim o quanto é importante a boa formação do interprete, para que não se crie dois universos descompassados em sala de aula.

Um interprete bem formado procurará sanar as dúvidas antes mesmo de recorrer ao professor (caso ele sinta-se seguro para tal iniciativa). Por isso, o ato interpretativo na sala de aula requer que o intérprete compreenda o estudo explanado para posteriormente auxiliar o aluno.

Todo o processo de ensino e aprendizagem passa pelo intérprete, que por sua vez, deve ter uma visão holística de todo o processo de ensino-aprendizagem do aluno D.A./surdo.

O professor torna-se parceiro neste processo, trazendo os conteúdos e mediando ao intérprete que, nesta trama, torna-se “mediador do mediador”

(MARTINS, 2004). Fica também sob a responsabilidade do intérprete o oferecimento de subsídios que promovam a interação entre aluno e professor e supostas alterações metodológicas; sempre em estreita parceria com o professor.

Monteiro (2006) relata que mesmo com a regulamentação da lei que estabelece os direitos dos D.A./surdos, ainda há muito caminho a ser percorrido até que os D.A./surdos consigam o direito de ter profissionais capacitados entre os professores D.A./surdos e professores ouvintes e entre os intérpretes de LIBRAS, que possam garantir-lhes o acesso pleno aos conhecimentos socialmente compartilhados.

Monteiro afirma que a discussão sobre inserção de alunos surdos nas escolas inclusivas e nas universidades é um tópico ainda a ser bastante explorado, e que os D.A./surdos brasileiros ainda não vivenciaram mudanças favoráveis significativas para suas vidas, no que se refere à qualidade dos intérpretes de LIBRAS e dos professores ouvintes que trabalham para eles.

Sabe-se que leis vêm sendo criadas para que este profissional seja reconhecido, no entanto, percebe-se ainda muitas dúvidas sobre a legislação que regulamenta esta profissão, no que tange ao percurso que o interessado nesta área deve trilhar para sua formação e qualificação profissional, bem como os tramites legais que devem ser analisados no momento de contratação deste profissional.

CAPÍTULO IV

FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO DE CASO

Esta pesquisa teve como base metodológica o estudo de caso, que segundo Bogdan e Biklen (1994) é o exercício de debruçar-se sobre uma realidade particular – seja ela institucional, social, ou um sistema – visando compreender as suas particularidades. Por essa natureza, assume forte cunho descritivo, ainda que não se restrinja a descrever situações, mas vai além quando realiza profunda análise daquilo que observa, podendo assim gerar novas teorias, saindo do particular para o geral.

Para se constituir o protocolo de Estudo de Caso, valeu-se dos seguintes instrumentos:

- a) questionário com os professores da faculdade que ministram aulas para essa aluna;
- b) entrevista com aluna D.A./surda do curso de Pedagogia de uma Faculdade particular;
- c) entrevista com a intérprete que acompanha a aluna nas aulas.

Os dados obtidos pelo questionário aplicado aos professores (Anexo A) foram oriundos de outra pesquisa feita no mês de agosto do mesmo ano, pela orientadora do presente trabalho. Decidiu-se utilizar os mesmos dados, por se observar que o grupo de professores que deveria responder ao questionário era o mesmo e o enfoque dado pela coleta já feita respondia às necessidades deste trabalho. A preocupação maior que validou essa decisão foi por considerar-se o perigo de se “contaminar a amostra” (LAKATOS & MARCONI, 2003), visto ser o mesmo grupo de professores a responder duas vezes um questionário de igual teor.

É importante salientar que os dados obtidos como respostas ao questionário receberam outro tratamento metodológico, procurando-se analisar as respostas sob um olhar atento às concepções expressas pelos professores, empregando-se para a interpretação, os pressupostos da hermenêutica, segundo os postulados de Alves (2000). Esses dados foram cruzados em caráter complementar com os outros dados obtidos através das entrevistas feitas posteriormente com a aluna D.A./surda e sua intérprete.

As entrevistas aplicadas à aluna D.A./surda e sua intérprete foram elaborados pela própria pesquisadora a partir das leituras realizadas e da experiência particular (Apêndice A e B).

Após análise dos dados, buscou-se expor parâmetros – a partir das inferências a que se chegou na discussão dos resultados – que possam contribuir para reflexões e possível aprimoramento da inclusão de pessoas surdas.

4.1 PARTICIPANTES

Tomaram-se como fonte de pesquisa, pessoas envolvidas diretamente com a inclusão em uma instituição de Ensino Superior.

Todos os participantes concordaram em responder ao questionário e entrevistas, assinando os termos de consentimento necessários para a autorização quanto ao uso das informações que se fizessem necessárias.

Focou-se nesta pesquisa a história de uma aluna jovem que nasceu surda e que hoje está no 1º ano de Pedagogia na instituição de ensino em questão.

Os objetivos que nortearam a elaboração desta entrevista, foram descobrir quais os desafios enfrentados por ela enquanto aluna para chegar até o Ensino Superior; quais as perspectivas educacionais e profissionais ao cursar Pedagogia nesta Instituição; como tem sido sua inclusão, e ainda, descobrir quais as dificuldades que porventura a faculdade ainda não conseguiu suprir para que seu desenvolvimento ocorresse de forma satisfatória.

Para que este trabalho tenha um caráter investigativo em relação à qualidade de ensino oferecido pela faculdade à aluna inclusa se fez necessário pesquisar: o que pensam os professores sobre o trabalho educativo que realizam com essa aluna que possui necessidades educacionais especiais? Como a intérprete, acompanhante da aluna nas aulas, reflete sobre sua prática e que desafios enfrenta? Qual tem sido o papel da instituição em relação ao preparo de professores e interprete para inserção de uma aluna surda na faculdade?

O questionário aplicado aos professores teve como sujeitos os 5 (cinco) professores que deram aula para a aluna surda no primeiro semestre de 2007, contribuindo através da experiência vivida com a aluna durante 6 meses.

4.2 LOCAL

As entrevistas e questionários foram aplicados na própria Instituição de Ensino Superior em que a aluna cursa o primeiro ano de Pedagogia nos meses de agosto e novembro do ano de 2007.

4.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS RESULTADOS

4.3.1 Inclusão da aluna surda no Ensino Superior: a perspectiva dos professores

Elaborou-se 9 (nove) questões aos professores das quais seguem as respostas na íntegra e uma breve análise. As questões foram enumeradas aleatoriamente.

Questão 1	
Como você soube que teria um aluno surdo em sua turma?	
Professor 1	Através da minha coordenadora
Professor 2	Por meio dos alunos da sala
Professor 3	Soube somente depois de iniciadas as aulas
Professor 4	Através dos coordenadores de curso
Professor 5	Quando sua intérprete me procurou ao fim da 1ª aula assistida

Ao analisar estas respostas e verificar que apenas dois professores tiveram conhecimento através da coordenação sobre a entrada da aluna surda na faculdade, pensando o que haveria por trás desta não ação da coordenação, infere-se que a concepção de inclusão que permeia a prática da coordenadora seja de normalidade e igualdade, visão esta comum a muitos educadores. Nessa concepção de inclusão, a entrada do aluno ocorre de forma natural, acreditando-se não haver necessidade de preparo dos professores que estarão recebendo este aluno.

Para Omote (1999) o processo de inclusão é diferente do processo de normalização.

A normalização é caracterizada através de uma seleção do aluno que tem necessidade especial que está inserido em classe comum. Neste caso, o professor não precisa receber orientações especiais e diferenciadas em relação ao trabalho a ser desenvolvido com o aluno. Este processo educacional, trás uma

concepção que visa ampliar ao máximo a capacidade do aluno com necessidades educacionais especiais na escola e na classe regular.

Já no processo de inclusão, se faz necessário que o grupo de educadores seja preparado pela coordenação ou alguma pessoa específica da área da Educação Especial proporcionando ferramentas que facilitem o trabalho dos professores. Essa preparação pode se dar por meio de cursos de formação, reuniões pedagógicas específicas, apoio de profissionais especializados, e o que mais se fizer necessário.

A inclusão é um processo inacabado, muito delicado e constante que precisa ser continuamente revisto.

Questão 2	
Você já havia trabalhado com um aluno surdo antes? Se sim, como foi essa experiência?	
Professor 1	<p>Sim. Como professora (também) do Ensino Fundamental tive duas alunas da 3ª série. Foi uma experiência muito gratificante. Com a primeira aluna, no começo, fiquei insegura, pois não tive nenhuma preparação prévia, não sabia como trabalhar com ela, sabia somente o que as professoras das séries anteriores comentavam.</p> <p>Aos poucos fui lendo, pesquisando, conversando com a mãe e a avó que conviviam com ela. Depois de algum tempo a escola entrou em contato com o CEDAU, a escola especializada em deficientes auditivos que ela freqüentava, e foi aí que tive realmente um acompanhamento. Não foi fácil, mas foi engrandecedor para mim como pessoa e profissionalmente.</p> <p>Depois com a segunda aluna já foi mais fácil e agora no Ensino Superior não foi tão difícil, pois tive o acompanhamento de uma intérprete.</p>
Professor 2	Não
Professor 3	Nunca havia trabalhado com aluno surdo antes
Professor 4	Não
Professor 5	Não

Diante das declarações dos professores nestas respostas, faz-se necessário atentar-se que, embora os caminhos da inclusão estejam acontecendo, ainda ocorrem a passos muito lentos, haja vista que dos 5 (cinco) professores entrevistados, nenhum passou por experiências anteriores de alunos inclusos em suas salas de outras instituições de Ensino Superior. Através desta constatação, faz-se necessário resgatar a história das políticas públicas que levam ou não os indivíduos ao Ensino Superior.

Os critérios de avaliação existentes nas provas classificatórias como os vestibulares para inserção nas universidades públicas são excludentes, pois, para garantir uma vaga nessas universidades é necessário que os candidatos atinjam níveis de pontuações elevados e demonstrem mediante notas, um desempenho maior do que de outros candidatos. Sabe-se, contudo, a grande dificuldade dos alunos oriundos de escolas públicas para entrarem nas universidades gratuitas do país, uma vez que esses alunos via de regra não estão preparados para competir com os alunos formados por escolas particulares, que na maioria das vezes oferecem a seus alunos uma formação que visa o vestibular, constituindo-se mais conteudista.

Analisando as informações das dificuldades de acesso de todos os alunos no Ensino Superior, pensa-se no tamanho da dificuldade que os alunos D.A./ surdos devem enfrentar para adentrarem em tais instituições.

Nas instituições de ensino particulares a dificuldade também existe, porém, ela surge de outros fatores, como problemas financeiros, ou ainda dificuldades de locomoção. Não se pode deixar de falar do medo que o aluno D.A./surdo sente em relação ao novo grupo, um mundo de ouvintes em que a voz é a maior ferramenta de comunicação.

Talvez, o medo do novo, a falta de informação quanto às adequações feitas pelas universidades para receber um aluno portador de necessidades educacionais especiais assusta e distancia o aluno D.A./surdo, segregando-o do convívio diferente à sua realidade.

Questão 3

Você recebeu informações sobre as especificidades deste aluno?

Quais? Por quem?

Professor 1	As informações que recebi sobre essa aluna foi através da minha coordenadora e da intérprete que a acompanhava.
Professor 2	Sim, sobre a forma de escrever e receber as informações dos conteúdos ministrados. Professoras de alunos especiais, professor da própria faculdade.
Professor 3	Não recebi informação alguma sobre este aluno
Professor 4	Sim, em parte. De que se têm problemas para o entendimento se não falar bem de perto e devagar.
Professor 5	Não. Só fui cobrada quanto a avaliação desta (questionada)

Três professores declararam ter recebido informações sobre as especificidades da aluna D.A./surda. Desses três, dois responderam de forma mais específica quanto a melhor forma de se comunicar com a aluna surda, para que a compreensão fosse a melhor possível.

As informações passadas eram em relação à melhor forma de se comunicar com a aluna de uma forma geral.

Diante de todas as respostas do questionário, pode-se notar que de uma forma geral todos os professores se apresentam muito inseguros. Essa insegurança pode ser compreendida pela falta de experiência em sua carreira educacional com esse perfil de aluno, bem como, pela falta de linguagem que pudesse garantir a comunicação com a aluna surda.

As orientações sobre a melhor forma de lidar com esta diversidade, são imprescindíveis para que o desenvolvimento da aluna ocorra da melhor maneira possível, e é importante também para que os professores se sintam satisfeitos, certos de que realizaram um trabalho válido, atingindo os objetivos iniciais.

Diante destes fatos, acredita-se que um investimento necessário é a contratação de um especialista na área da Educação Especial que desempenhe o papel de orientador pedagógico dos professores, auxiliando-os na definição das estratégias metodológicas mais adequadas para cada especificidade dos alunos que tenham quaisquer deficiências e estejam inclusos nesta instituição. É preciso que os professores sejam orientados, e ainda, colaborem, na medida em que vão se desenvolvendo, buscando conhecer materiais, trazendo informações, experiências vivenciadas, leituras e indicações para os outros companheiros das demais disciplinas.

Toma-se como exemplo o trabalho de algumas instituições de Ensino Superior já citadas neste trabalho, que têm uma política inclusiva já constituída. Entende-se que na instituição analisada o primeiro passo foi tomado, o de inserir uma aluna com necessidades educacionais especiais buscando criar algumas condições para que essa inclusão ocorra. Vale frisar, que uma vez que parte-se do princípio de que educação é processo, entende-se que as lacunas verificadas na inclusão dessa aluna fazem parte desse processo, cabe agora avaliar e criar condições para que a inclusão seja feita de forma cada vez mais responsável e conte ainda com uma equipe cada vez mais preparada para esse trabalho.

Questão 4	
Como é a comunicação desse aluno? Ele precisa de intérprete?	
Professor 1	Para um aproveitamento maior ele precisa de intérprete. Porém, muitas vezes conversei com ela pausadamente (não muito lento) e ela conseguiu entender o que estava explicando. Em Filosofia da Educação é muita teoria, o que dificulta um pouco o entendimento.
Professor 2	Por alguns gestos e expressões faciais. Tem intérprete
Professor 3	Depois de iniciadas as aulas, um intérprete foi instituído pela faculdade, pois não havia possibilidade de comunicação entre professor e aluno sem a intervenção dele. A aluna em questão tem surdez profunda, mas domina a linguagem de sinais (LIBRAS), utilizando-a para se comunicar na sala de aula.
Professor 4	-----
Professor 5	Sim, intérprete

Dos professores questionados três deixaram claro a necessidade do intérprete estar presente em sala de aula para mediar a comunicação entre o professor e a aluna surda. Destes professores, um afirma ter conseguido estabelecer comunicação direta com a aluna; através de uma fala pausada ele garantiu uma explicação, porém, ressalta-se que a aluna terá maior proveito dos conteúdos se tiver sempre a presença do profissional intérprete. Sabe-se, da necessidade da presença do interprete, uma vez que os termos que são utilizados pelos professores em aula são complexos e pertencentes ao contexto específico da área em questão,

podendo desta maneira, uma mesma palavra ter vários significados, portanto, a falta do intérprete comprometeria a transmissão de informação e aprendizagem ao aluno.

Outro professor respondente declara ser impossível estabelecer comunicação sem a intervenção do intérprete, uma vez que a aluna domina a língua de sinais, mas não a linguagem oral. Este professor demonstra se sentir seguro apenas na presença do intérprete, demonstra que tem conhecimento de sua limitação quanto à comunicação com a aluna, uma vez que afirma não haver possibilidade de comunicação.

Atentando-se a essas repostas, percebe-se que um intérprete, é de fundamental importância para garantir uma comunicação eficaz.

É importante ressaltar, que mesmo diante de tentativas de comunicação em momentos de aula expositiva, seria impossível garantir a comunicação, pois os professores não poderiam dar aula de forma adequada em duas línguas ao mesmo tempo.

Percebemos que os professores devem aprender a língua de sinais para que se comuniquem de forma direta com a aluna, nos momentos de socialização, contudo, nos momentos de aulas expositivas, é necessário reconhecer o papel do intérprete como profissional especializado, para esta função, uma vez, que seria impossível a utilização de duas línguas ao mesmo tempo.

Questão 5	
Foi necessária a realização de alguma adaptação?	
Professor 1	Além da intérprete, procurei ficar de frente para ela e procurei não falar muito rápido e nem muito devagar.
Professor 2	Sim
Professor 3	Sim, foram feitas algumas adaptações principalmente no formato das avaliações. Todas as atividades avaliatórias foram adaptadas em virtude da deficiência da aluna.
Professor 4	Houve uma moça para fazer a interpretação nas aulas
Professor 5	Não, mas, na avaliação final, foi necessário realizar em dupla.

Analisando esta questão, percebe-se que os professores demonstram não saber como adaptar os conteúdos e as metodologias de ensino à particularidade de aprendizagem da aluna surda. Ainda não houve nenhum trabalho de estudos em

grupo ou uma outra ação para a formação desses professores quanto às adaptações a serem feitas na inclusão da aluna surda.

Diante de tais respostas, analisa-se que o único desafio apontado pelos professores foi em relação à linguagem, percebe-se a grande ênfase em garantir a comunicação, porém, estudos mostram que em qualquer caso, não basta garantir a comunicação para que os conteúdos sejam assimilados. Não basta haver uma adaptação apenas na comunicação. É preciso ir além do primeiro obstáculo e seguir buscando adequações quanto à forma de ensinar e ainda, de avaliar, de maneira séria e competente, avaliando todo o processo percorrido pela aluna nos momentos em que esteve exposta às aulas.

Para tanto, é necessário fazer avaliações diagnósticas freqüentes para conhecer como intervir de forma satisfatória no processo de ensino-aprendizagem que deve ser destinado único e exclusivamente a esta aluna. Faz-se necessário levantar informações em relação a sua vida escolar, como aconteceu este processo, se sempre foi D.A./surda, como assimila cognitivamente as informações recebidas, se está exposta à linguagem de sinais desde sua infância. Todas estas informações contribuem para que a adaptação seja feita de forma coesa e útil ao desenvolvimento da aluna.

Questão 6	
Como você avalia o desempenho do aluno surdo na sua disciplina?	
Professor 1	As avaliações são iguais para todos. Porém, quando vou corrigir, procuro analisar o ponto de vista dela e suas limitações, sem que isso interfira para mais ou para menos no seu processo ensino-aprendizagem.
Professor 2	Difícil avaliar, visto que, na prova escrita a aluna colocou idéias confusas, mas tive o cuidado especial de corrigi-la conforme orientação recebida.
Professor 3	O desempenho da aluna foi considerado bom, ela atingiu, pelo menos, os objetivos essenciais e básicos da disciplina.
Professor 4	Foi bom, com a ajuda dos colegas de classe, foi possível dar seguimento ao trabalho.
Professor 5	Muito bom. Atenta, disciplinada.

Dos professores questionados, cada um expressou seu ponto de vista de forma diferente. Isso pode demonstrar diferentes comportamentos da aluna nas disciplinas, ou indica que os professores não dispensam observação focada no desempenho desta aluna em sala de aula.

Um dos professores respondentes afirma fazer a mesma avaliação para todos os alunos e diz que procura analisar o ponto de vista dela e suas limitações sem que isto interfira no processo de aprendizagem. Esta afirmação quanto analisar o ponto de vista da aluna demonstra dispensar um olhar além dos conteúdos explanados em aula, porém sem que as idéias colocadas por ela, fujam do objetivo, de forma a modificar a resposta a questão.

Já o segundo professor demonstra ter tomado os cuidados necessários para fazer a correção conforme orientação recebida. Comparando esta resposta com a resposta do professor 5, na questão de número 3, que declara ter recebido informações sobre as especificidades deste aluno, pode-se perceber que em algum momento os professores devem ter recebido instruções quanto à forma de avaliar a aluna.

Os demais professores dizem que ela atingiu os objetivos essenciais, outro professor, declara que com a ajuda dos colegas é possível dar segmento ao trabalho e o último professor acredita que a aluna teve um bom desempenho por demonstrar atenção e disciplina.

Percebe-se com estas respostas diferentes olhares do que vem a ser um *bom desempenho* da aluna D.A/surda. Esta avaliação demonstra que há muita diversidade no que se pensa ser um bom desempenho. O que reforça a necessidade de formação continuada de professores tanto de alunos “especiais” como também para professores de alunos “normais”.

Questão 7	
Como você avalia a interação desse aluno com o resto da turma?	
Professor 1	A interação com a turma é excelente. Ela participa de tudo e ri muito das brincadeiras que surgem durante a aula.
Professor 2	Com a minoria, alguns colegas, muito bom.
Professor 3	A interação foi muito boa, a aceitação por parte da classe também. A aluna realizou trabalhos em grupo, participou de

	atividades de leitura e escritura de textos, até respondeu curiosidades e dúvidas dos alunos que queriam conhecê-la melhor.
Professor 4	Ótima
Professor 5	Razoável

Percebe-se através das respostas grande complexidade de concepções por parte dos professores, ao que tudo indica, a diversidade não está na aluna apenas e sim nas diferentes relações que existem entre os grupos. Ao analisar as diferentes respostas, se faz necessário salientar neste momento os diferentes grupos que surgem de um mesmo grupo, apenas liderados por outros professores.

Um professor declara que a aluna é alegre e ri das brincadeiras que acontecem nas aulas. Estas manifestações de alegria e entrosamento remetem a um pensamento de que esta aluna se sente incluída, pois participa das mesmas brincadeiras que os demais alunos. Estas manifestações devem ser analisadas, se, por algum momento, a aluna participa demonstrando espontaneidade apenas para não ficar de fora desses momentos, uma vez, que alguma falha na comunicação pode ocorrer, porém não se pode esquecer que a aluna está sempre acompanhada da intérprete, que tem o papel de interpretar não apenas as aulas, mas também, a socialização da aluna.

Ao analisar a resposta de outro professor ao dizer que a aluna interage com poucos alunos, pode-se inferir que este, não tenha proporcionado momentos que a fizessem se sentir à vontade diante do grupo. Uma vez, que sua comunicação é limitada, a aluna pode sentir o desejo de se relacionar pouco com algum aluno ouvinte se a conversa ocorrer de forma individualizada. Fazendo a comparação entre a resposta deste professor com o que respondeu que a aluna surda participa dos momentos de descontração, pode-se constatar que existem momentos em que a aluna se sente à vontade para conversar, talvez ao perceber assuntos mais próprios à dinâmica da aula, não pontuais, como uma conversa paralela; fazendo desta forma com que os professores que não tiveram oportunidades de momentos descontraídos com o grupo pensem que esta aluna tenha dificuldade de relacionamento.

Como você vê a inclusão de alunos surdos no ensino superior?	
Professor 1	Vejo a inclusão de alunos surdos no Ensino Superior como uma transcendência, onde esse aluno transpõe o limiar da família e passa a conviver com pessoas ditas “normais” descobrindo, à sua maneira, novos valores, novas experiências, que vem enriquecer a sua própria e com as quais passa a compactuar. Essa socialização dá-lhe confiança em si, adaptabilidade e rendimento intelectual.
Professor 2	Necessária, mas precisa ter uma melhor preparação antes para receber este aluno, mesmo que seja apenas em uma única reunião, com os professores, colegas de sala e intérprete.
Professor 3	Posso falar pela experiência que tive, que, embora fosse algo totalmente novo e que exigiu adaptações de ambas as partes, foi, também, uma experiência muito gratificante e única como professora, mais ainda como professora de línguas, me fez pensar muitas coisas a respeito da comunicação, da linguagem, entre outras coisas. A inclusão dos alunos surdos deve ser realizada em todas as etapas do processo escolar, inclusive no ensino superior.
Professor 4	Normal
Professor 5	Falta integrar esclarecendo a todos

O movimento de inclusão e o respeito à diversidade que muito se fala nos dias atuais vem crescendo sobremaneira nos últimos anos. Diante dessa nova realidade, os professores carregam um desejo de melhorar sua prática, buscando conhecimento sobre os caminhos que se devem percorrer para que a verdadeira inclusão ocorra de forma digna e respeitosa.

Percebe-se nas respostas de três professores, o reconhecimento de que se faz necessário a adaptação em todas as áreas que envolvem o aluno diferente em uma instituição.

A sociedade de forma geral vem reconhecendo os processos de inclusão social que vêm acontecendo, ao se deparar com deficientes trabalhando em empresas notórias nas cidades, diante das leis de cotas que são reservadas aos deficientes.

É preciso que haja um movimento de se abrir para uma nova realidade, que está se iniciando em nosso país.

Desta forma os professores e os demais indivíduos saberão como trabalhar ante a diversidade em qualquer momento em que se depararem com a nova realidade.

Questão 9	
Você gostaria de completar com alguma outra informação que não foi mencionada no questionário?	
Professor 1	Gostaria de acrescentar que é nossa convicção que a educação, como prática social que é, pode e deve responder aos anseios de melhoria de condição de vida dos alunos surdos, participando decisivamente dos caminhos de conscientização e exercício da cidadania e democracia.
Professor 2	Para se ter um aluno surdo em sala é necessário saber alguns sinais em libras para facilitar, pelo menos, uma rápida comunicação.
Professor 3	O despreparo do professor para trabalhar com alunos surdos e a falta de informações prévias sobre o aluno, são fatores que atrapalham, e muito, o bom andamento do processo de aprendizagem. Professores mais bem formados e informados fariam um trabalho mais tranquilo e eficiente.
Professor 4	Não, foi uma experiência interessante para mim.
Professor 5	Gostaria de ter recebido mais orientação.

Ao analisar todas as respostas obtidas neste questionário e principalmente as repostas que deram na última questão - uma vez, que era esta uma questão aberta apenas para acréscimo de alguma informação complementar - percebe-se a necessidade de dispensar uma análise criteriosa para que as repostas aqui mencionadas ampliem a visão da inclusão nessa instituição de Ensino Superior e corroborando para se pensar de forma genérica as práticas inclusivas.

Nas repostas apresentadas pelos professores vê-se demonstrações sutis de interesses, desafios e curiosidades referentes ao ensino de uma aluna

D.A./surda numa perspectiva inclusiva, diferenciada de tudo que esse professores viveram até aqui. Estas demonstrações confirmam a aspiração de ensinar de forma realmente eficaz a aluna incluída em sua sala de aula.

A preparação e capacitação dos educadores dependem de vários fatores e segmentos, como ações de políticas públicas, políticas educacionais, organizações de grupos de formação de professores, além da responsabilidade de cada cidadão.

Aos educadores de forma geral, cabe a responsabilidade de que devem se atualizar, aproximando-se cada vez mais desta realidade que é um fato mundial, visto que não é só na escola que esta inclusão acontece. Precisa-se modificar a visão do que é ser normal para poder incluir a todas as pessoas que fogem aos padrões pré-estabelecidos pela sociedade. Para que esta mudança de paradigmas ocorra de forma satisfatória, se faz necessário investir tempo e vontade de buscar novos saberes, além de ações como cursos de formação continuada que deverão ser realizadas em longo prazo.

4.3.2 Inclusão da aluna surda no Ensino Superior: a perspectiva da aluna incluída

Procurou-se a aluna juntamente com sua intérprete e explanou-se sobre os objetivos deste trabalho, e ainda quanto à necessidade de fazer uma entrevista para que este trabalho ganhasse vida e informações reais sobre a história de uma aluna D.A./Surda.

1 - Como ocorreu sua surdez? Quando foi? Em que grau de perda está?
--

Minha surdez aconteceu através de Rubéola adquirida pela minha mãe aos 4 meses de gravidez e eu nasci surda profunda
--

2 - Em seu percurso escolar, você enfrentou alguma dificuldade de aprendizagem ou ainda de socialização, por conta da surdez?
--

Muito difícil, os professores e todos os alunos eram ouvintes e apenas a professora ajudava, lia para mim, fazia desenhos, eu tive que mudar para uma escola especial de surdos.
--

3 - Frequentou escolas ou classes especiais bem como os serviços especializados como fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia e/ou outros?

A maior parte da minha formação escolar foi em escola regular na cidade de Lins, sempre fiz fonoaudiologia e lutei muito para falar .

Vim para Bauru em março de 2002 e fui estudar no Nirh. Não conhecia LIBRAS e não sabia nada. A partir deste momento comecei a estudar e treinar bastante com o instrutor que trabalha naquela instituição.

4 – Faz uso de aparelhos de amplificação sonora (AASI) ou ainda Implante coclear?

Faço uso de AASI desde pequena quando tinha 7 ou 8 anos usava aquela caixinha que era amarrada no peito.

5 - Você conhece filosofias educacionais no Brasil como o Oralismo, Comunicação total e Bilingüismo? Em sua opinião, qual delas responde mais às suas necessidades? Por quê?

Conheço as filosofias e o bilingüismo é melhor, (oral junto com as libras), porque quando eu iniciei só com o oralismo era difícil a comunicação porque antes não tinha intérpretes e bilingüismo é melhor porque o português não combina com sinais, então, prefiro primeiro a libras e em segunda língua o português.

6 - O que te motivou a cursar Pedagogia? Como se deu a escolha por esta instituição?

Porque tinha vontade de ser uma profissional formada para o futuro, eu precisava aprender mais para ser uma professora ter inteligência, cultura, saber mais.

Escolhi esta instituição porque sabia que ofereciam intérprete e essa é a única faculdade que cumpre a lei. Antes de entrar já sabia que ia ter intérprete. Fiquei feliz porque os professores incentivaram e pediram intérprete, tive muita sorte porque os professores que pediram para a direção o intérprete.

7 - Pesquisou se em outras instituições de ensino havia adaptações para alunos com necessidades educacionais especiais?

Não, pois no lugar onde eu trabalho, me falaram desta faculdade e me incentivaram a vir cursar Pedagogia nesta instituição, porque falaram que tinha intérprete. Tem uma pessoa que trabalha comigo e estuda nesta instituição.

8 - Os professores te apresentam uma forma de avaliação diferenciada, ou você faz a mesma avaliação que o restante da turma? E os seminários, como tem apresentado?

Não, a avaliação é igual para todos. Normal.
Nos seminários eu falo em libras e a intérprete traduz aos demais alunos e professores.

9 - Você acha que a faculdade está preparada para atender alunos com D.A./Surdez? Se não, o que falta?

Nesta faculdade não falta nada. É tudo ótimo e estou 100% satisfeita em relação ao aprendizado. Os professores colaboram, todos se adequaram a mim.

10 – Como é sua relação com a intérprete, os colegas e os professores?

Com a intérprete, minha relação é boa, ela ouve e interpreta para mim, cita alguns exemplos, eu entendo. O trabalho, a prova, fica tudo mais fácil.
Com os colegas estando com a intérprete fica fácil mas ela só tenho uma amiga que sabe libras na falta da intérprete minha amiga me ajuda. Não tenho mais intimidade com os outros por falta de linguagem.
Com os professores, eles falam muito rápido, eu não entendo e tenho vergonha. É sempre necessário estar com o interprete para viabilizar a comunicação, nas provas eu leio, então é mais fácil, mas para ouvir precisa do interprete.

11 - Como você vê a colocação do aluno D.A./surdo no Ensino Superior?

Acho que precisa ter mais divulgação pra que o surdo procure o ensino superior, que é muito importante. Precisa encontrar o surdo e falar da faculdade porque muitos tem vergonha de vir.

Em São Paulo no colegial e no fundamental, já tem intérprete então tem muitos surdos inclusos, muitos surdos estudando mas no interior que tá faltando. E a falta deste intérprete, faz com que os surdos não cheguem nestas instituições com medo dessa comunicação, dessa barreira de comunicação.

Em São Paulo tem escolas só de surdos. Precisa pro futuro da formação de intérpretes, porque o surdo fica triste, falta profissional. Precisa ensinar, não se cumpre a lei. Então é importante este curso da Feneis que acontece aqui, para a formação de intérpretes.

12 - Quais os seus anseios profissionais?

Vontade de me formar pedagoga, instrutora de libras, meu sonho é a vontade de dar aula pros surdos ver eles crescendo se desenvolvendo e se formando, depois que eu tiver velha e morrer quero que isso continue. *Brincadeira!*
Quero ser instrutora de libras quero crescer crescer e nunca diminuir.

13 - Você gostaria de completar com alguma outra informação que não foi mencionada nesta entrevista?

Você não falou sobre preconceito? Eu acho que tem preconceito de algumas pessoas. Aqui na faculdade já sofri preconceito de uma pessoa eu evito e finjo que não vejo. Em todo lugar tem preconceito, fico triste mas procuro não ligar porque tem muitas pessoas legais tento não ligar deixar de lado

Perguntas que surgiram depois da ultima:

14 - Você fica irritada, chateada, com pessoas que se aproximam, e tentam falar mas não conseguem se comunicar?

Não , é normal, peço pra ficar calma falar devagar, até que a pessoa consiga se comunicar. É normal.

14 – Se uma pessoa tenta se comunicar sem a intérprete de forma calma,

devagar, em uma conversa curta dá pra garantir uma comunicação?

Só oral é muito difícil. Com a intérprete é possível garantir a comunicação porque as vezes surge uma palavra que eu não conheço. É melhor com a intérprete.

As respostas da aluna, conforme o entusiasmo demonstrado a cada pergunta que era feita, faz-se ir além de uma simples análise ante as respostas apresentadas. Leva-se a buscar entender o porquê de diferentes concepções e pontos de vista, no que tange ser uma educação de qualidade. Procura-se, desta forma, perceber quais os motivos que fazem com que esta aluna se sinta tão realizada no que se refere à eficiência e qualidade da instituição que a acolhe, uma vez que, após análise das respostas dos professores, verificou-se muitas lacunas a serem preenchidas, e que, muito ainda há que se fazer para que ocorra uma inclusão eficaz.

Desta forma se faz necessário respeitar e analisar o percurso escolar, que esta aluna trilhou durante sua vida.

Conhecendo seu percurso escolar, vê-se que ela trazia uma limitação na comunicação durante toda sua vida e apenas depois de sua formação no Ensino Médio descobriu a Língua de Sinais que possibilitou a comunicação de uma forma diferenciada do que até então havia vivenciado. Após aprender LIBRAS e poder se comunicar com os demais surdos praticantes desta vertente, a aluna descobriu ainda, a oportunidade de se comunicar com ouvintes não conhecedores desta língua através de um profissional que desempenha o papel de interpretar a ela os sons emitidos pelos outros e também, interpretar aos demais ouvintes sua fala.

Pensando nos avanços e oportunidades vivenciados por ela nos últimos anos, como, conhecer uma língua que proporcionou o enriquecimento de seu vocabulário, e ainda, a oportunidade de poder cursar o Ensino Superior, uma vez que tem o direito de ter uma intérprete que a acompanha em todas as aulas, percebe-se que hoje, esta aluna, vive em um momento de maior realização enquanto ser humano incluso na sociedade, que pode desfrutar como qualquer outra pessoa das atividades e oportunidades que o mundo oferece.

Sua sede de aprender transpassa as barreiras da comunicação e seu desejo em se formar pedagoga para poder ensinar crianças surda, são exemplos de persistência e amor ao próximo, que pode ter qualidade de vida, tanto quanto as

outras pessoas, bastando apenas terem as oportunidades de comunicação desde os primeiros anos de vida, uma vez, que a linguagem é fundamental para o desenvolvimento cognitivo de qualquer pessoa.

4.3.3 Inclusão da aluna surda no Ensino Superior: a perspectiva da intérprete

1- Quando e como surgiu seu interesse pela atividade de intérprete de Língua de Sinais?

Quando eu descobri que tinha filhas surdas, então eu comecei a pesquisar, qual seria (a melhor filosofia de comunicação) o melhor pra elas. De início eu fiz a opção de implante coclear e depois fui conhecendo a cultura das libras, gostei e em consequência fui aprender libras. Hoje, não ensino libras para elas, trabalhamos para o desenvolvimento da linguagem oral. Assim que elas tiverem condições, eu já vou estar preparada na área de libras para passar para elas porque com certeza a língua materna delas é essa a língua do mundo delas, e eu enquanto mãe, optei pelo que eu achava melhor.

2 - Quais suas experiências em relação a esta profissão?

Comecei a trabalhar em maio deste ano aqui nesta faculdade porque fiz um curso básico no Paraná, e quando eu cheguei aqui eu procurei uma amiga surda que ia me ensinar em casa, e meu único contato com surdo era ela então fiz a prova da FENEIS e passei no 1ª nível em que eu poderia atuar como intérprete. Quando a coordenadora desta faculdade ficou sabendo e me chamou para realizar o trabalho de intérprete para a aluna surda que estava entrando na faculdade, quando cheguei lá faculdade foi uma surpresa tanto para mim, quanto para aluna surda, que, por coincidência era a minha amiga que havia me ensinado libras. Foi uma coisa de Deus porque ninguém sabia que a gente era amiga, então na verdade ela me preparou para ajudar ela. A única experiência que eu tenho com surdo é ela, e agora estou fazendo o curso de Libras que a faculdade está oferecendo pela FENEIS de SP e participei do 2º nível da prova da FENEIS do Paraná recentemente e passei.

3 - Como foi, ou ainda, tem sido seu processo de formação?

Lá no Paraná foi assim uma coincidência, quando eu comecei fazer o curso, fiquei sabendo do diagnóstico de uma das minhas filhas. Faltava um mês para eu terminar o curso que era básico intermediário e eu tive que parar para mudar pra cá, em razão do tratamento da minha filha. Parei com o curso e com a faculdade estadual que eu fazia. Tive que fazer provas por etapas para poder concluir a faculdade, chegando em Bauru procurei minha amiga surda que me ensinou libras e agora faço o curso da FENEIS e nunca vou parar porque são vários níveis, eu estou no nível de intérprete tradutor, quero fazer depois o de proficiência, fiz a agora prestei a federal e o resultado sai em dezembro e quero continuar. O ano que vem quero tentar todos os níveis, são muitas coisas, o último é para poder dar aula na falta de um professor surdo.

4 - O papel de um intérprete, é dar voz e direito de comunicação ao D.A/Surdo. Na formação profissional de um intérprete, existe a orientação em relação ao intérprete traduzir na íntegra, o que foi dito pelo D.A/Surdo? Ou existem casos em que este profissional pode omitir informações, se julgar o comentário do D.A/Surdo irrelevante ou ainda antiético?

Eu preciso ser a voz do surdo fielmente, assim como a voz do professor, eu não posso me negar em falar nada. Porque tem toda ética do intérprete que eu e a aluna já conversamos eu preciso cumprir mas eu respeito muito ela, fico onde ela quiser, onde ela se sentir bem, se alguém pedir para eu não falar alguma coisa eu não posso não passar porque todas as pessoas estão ouvindo, se ela tiver xingando eu tenho que passar.

5 - Realiza trabalhos de intérprete em outros lugares?

Não, só aqui na faculdade.

6 - Quais as maiores dificuldades enfrentadas no dia-a-dia em relação à interpretação das aulas para a aluna que você acompanha?

Adaptação do material. Eu acho que falta muito visual. Às vezes você começa interpretar uma aula muito no concreto muito teórica, fica abstrato pra ela. Às

vezes está falando de um filósofo, se você tiver uma figura um visual, eu acho que os professores deveriam trabalhar mais com slides nas aulas, não que eu acho, nos contatos com os surdos que eu tenho as aulas são mais adaptadas pensando também no aluno surdo. Não que a aula inteira seja voltada para ele, mas elaborar mais alguma coisa visual que é o caso dos slides mesmo, colocar uma foto do filósofo para mostrarmos o sinal dele, pq que o sinal é daquele jeito. Senão a aula fica muito confusa, porque só na teoria fica difícil para eles associarem tudo.

7 - Você recebe apoio da faculdade? Em que sentido?

Tenho 2 bolsas, a do curso de pedagogia e do curso de libras. Fiz letras e eliminei algumas matérias, então eu interpreto na aula para a aluna e em casa eu copio as matérias, na prova interpreto e ela faz a prova dela e eu a minha.

8 - Qual seu vínculo empregatício com a faculdade?

Tenho bolsa de estudos para a o curso de pedagogia e o curso de libras em troca do meu trabalho de intérprete

9 - O que você pensa sobre a inclusão dos alunos D.A/surdos no Ensino Superior?

Acho que é o caminho mesmo, só precisa de mais divulgação a oportunidade de ter intérprete porque o surdo as vezes não procura o Ensino Superior de vergonha e medo de não conseguir porque não vai conseguir mesmo se não tiver interprete. Acho que as aulas deveriam ser adaptadas com mais visuais mais ilustração, é isso.

10 - Você gostaria de completar com alguma outra informação que não foi mencionada no questionário?

Não

Nesta Instituição de Ensino Superior existe apenas uma intérprete que trabalha o tempo todo com a aluna surda. Esta interprete aceitou de prontidão participar desta entrevista.

A intérprete nos relata brevemente sua experiência pessoal, enquanto mãe de crianças surdas, sobre os caminhos que a conduziram para a decisão quanto ao tratamento escolhido para as filhas, e em consequência de sua experiência pessoal, ela relata, os motivos que a conduziram a esta profissão.

Suas experiências na busca de melhores tratamentos para que o desenvolvimento na linguagem das crianças não fossem comprometidos contribuiu ricamente para esta análise, pois, as decisões por ela tomadas, demonstram muito desprendimento quanto a escolha, uma vez que nas vertentes oralista e bilingüista, percebe-se um abismo entre as correntes oralista e de sinais.

A vertente bilingüista, demonstra nutrir um suposto preconceito em relação aos outros surdos que lutam para desenvolver a fala e a audição o melhor possível. Este grupo de usuários de Língua de Sinais demonstra ter criado um universo paralelo em relação ao mundo ouvinte.

A corrente oralista demonstra lidar com naturalidade a diversidade de correntes existentes, acreditando no bem estar de cada D.A./surdo e que este, tem o direito de escolher qual vertente quer utilizar.

Esta visão sobre as diferenças, é uma percepção ante as discussões que rondam entre as comunidades surdas oralizadas e de sinais.

Com interesse de apontar caminhos que proporcionem uma nova visão, quanto ao processo de qualificação e formação de todos os profissionais envolvidos com os alunos inclusos, faz-se necessário apontar para a primeira resposta da intérprete, que revelou que seu interesse pela profissão de interprete surgiu, ao descobrir que tinha filhas surdas, o que a obrigou buscar caminhos para o descobrimento de tratamentos existentes, e ainda, quais respondiam aos seus anseios, juntamente com o restante da família. Diante das informações obtidas em sua cidade descobriu o implante coclear. O implante coclear é um dispositivo eletrônico introduzido na cóclea através de cirurgia. Após a escolha do tratamento, mudou-se para a cidade que tem um hospital que é referência neste tipo de cirurgia para que fossem feitas as cirurgias e os acompanhamentos necessários.

Seu interesse diante de outras possibilidades, não cessou, fazendo com que continuasse a pesquisar sobre outras formas de desenvolvimento na comunicação das filhas.

Conheceu uma pessoa surda que a apresentou ao mundo da língua de sinais, com isso começou a ter aulas em casa com essa pessoa. Seu desejo ao

aprender LIBRAS é de que após as filhas terem adquirido o pleno desenvolvimento da linguagem oral, *fator este, possível, proporcionado pelo implante coclear*, ela possa apresentar-lhes uma outra forma de se comunicar, como uma segunda opção.

Esta busca de uma mãe, procurando o melhor caminho para as filhas, demonstram uma abertura nas possibilidades de comunicação, sem preconceitos quanto a uma ou outra forma de se desenvolver.

Em sua busca enquanto mãe de crianças surdas descobriu que poderia se tornar uma profissional, pois, após aprender a língua brasileira de sinais com de forma informal fez uma prova de intérprete da FENEIS em 1ª nível e passou podendo atuar como intérprete.

Foi chamada pela coordenadora desta faculdade para trabalhar como interprete de uma aluna surda e ao se deparar com a aluna, ficou surpresa ao descobrir que a aluna era a amiga que havia ensinado LIBRAS a ela.

Em seu trabalho como intérprete nesta instituição, sente falta de apoio dos professores em relação a adaptações das aulas que possibilitem maior aprendizagem da aluna surda. A dificuldade sentida pela intérprete é de saber que as palavras traduzidas por ela, são insuficientes para a assimilação das idéias que trazem os conteúdos que estão sendo expostos pelo professor.

Para que haja um bom desenvolvimento no trabalho da intérprete, se faz necessário, uma colaboração, da parte dos professores ao adaptarem as aulas, utilizando equipamentos como slide, vídeos ou datashow, para a transmissão de imagens, com fotos e figuras que possam representar alguns conceitos que indiquem lugares, pessoas ou objetos durante a exposição verbal da aula. Estes recursos são simples e podem enriquecer de forma a contribuir para a aprendizagem da aluna.

4.4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Após análise e cruzamento das informações obtidas através das entrevistas e questionário, considera-se no presente trabalho, que o ponto mais forte das respostas foi em relação ao despreparo da sociedade de forma geral em lidar com a diversidade.

Não há ainda em nossa sociedade a cultura de educação para todas as pessoas. Há uma segregação por parte dos indivíduos considerados normais em

relação aos indivíduos que possuem alguma diferença, como uma deficiência; seja ela, mental, física, auditiva ou qualquer diferença que se sobressaia aos padrões aceitos pela sociedade.

Essa visão reflete em vários âmbitos da educação. Desde o desejo de um aluno surdo entrar em uma instituição de Ensino Superior, bem como a insegurança de um professor, ao se deparar com tamanho desafio.

A decisão de um aluno surdo entrar para uma faculdade, acontece de forma muito tímida. Poucas pessoas surdas procuram continuar os estudos, diante das dificuldades que sabem que terão, bem como a insegurança quanto ao desenvolvimento e vergonha da própria condição, ou ainda, medos de preconceito que porventura possam vir a sofrer.

Acredita-se que esta visão, deva proceder de um processo escolar anterior, possivelmente, sofrido e difícil, em que o aluno, não teve atenção diferenciada suficiente e pode ter vivido em um processo de exclusão, em relação aos demais alunos.

O desejo ao elaborar este trabalho é de contribuir para que as informações quanto ao acesso dos alunos surdos, cheguem até eles, demonstrando as possibilidades e caminhos que devem ser percorridos.

Ressalta-se ainda, que este processo de inclusão de alunos D.A/surdos no Ensino Superior é muito recente e diante desta realidade, muito há para se fazer.

Usando como modelo a Instituição que traz neste ano pela primeira vez, uma aluna surda, percebe-se diante dos relatos dos professores que muito há para se fazer, pois eles sofrem com falta de informações e capacitação profissional para essa nova realidade.

As dificuldades existem, mas idéias e vontade de ampliar o atendimento aos alunos com necessidades especiais também. A faculdade tem percorrido os trâmites legais para poder se adaptar ao recebimento deste novo público, e os avanços estão aparecendo quanto às adaptações.

Começar, arriscar, tentar, buscar auxílio, buscar respaldos através do Ministério da Educação, e abrir vagas para esses alunos é o necessário para que diante de tentativas de acertos e erros, a faculdade tenha a oportunidade de se qualificar cada vez mais para uma educação de qualidade e verdadeira inclusão.

As conquistas que as universidades vêm alcançando, bem como, as histórias de sucesso destes alunos inclusos, precisam se tornar conhecidas da sociedade.

Todos nós temos habilidades que nos capacitam a nos adaptarmos as novidades do mercado, ao clima, aos novos valores e costumes que vem transformando a sociedade de forma acelerada. Portanto, se faz necessário que as pessoas se esvaziem da antiga concepção sobre o que é ser normal e saibam que é preciso entender que cada ser humano possui características, individuais, que o fazem ser diferentes uns dos outros.

Os professores que trabalham para a formação de qualquer educando, devem estar atento as diferenças de todos os alunos em todas as suas nuances. Porém, é necessário perceber, que existem diferenças que tornam o individuo, dependente de um tratamento diferenciado. É preciso que haja uma adaptação nas aulas, diante das realidades específicas de cada aluno, não apenas em olhares voltados unicamente para os alunos que tenham necessidades especiais, mas sim, para todos os alunos, considerando que a diversidade em uma sala de aula é muito grande.

Para que ocorra uma nova concepção de inclusão, se faz necessário, tornar conhecido da sociedade esta real visão de inclusão social, que deve ser constituída em base sólida para que o retorno desta nova realidade *quanto a normalidade* ocorra de forma real e eficiente, amparados pelas leis, já existentes no nosso país.

Os caminhos a percorrer para que este novo olhar aconteça depende de programas advindos do governo, organizações não governamentais, nos âmbitos educacionais, institucionais, meios de comunicação social, religiosos, culturais e todas as demais ferramentas que possam ajudar na divulgação de que existem universidades que garantem o acesso aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Ao tornar este processo conhecido, o costume da sociedade ao lidar com as diferenças, se torna mais prazeroso, sem medos de aproximação por não saber o que fazer.

Geralmente, os indivíduos gostam do que conhecem! É preciso que está prática de inclusão, se torne comum nas práticas sociais, para que em qualquer

instância, as pessoas se sintam confortáveis em lidar com as adversas situações, como por exemplo, a comunicação com um aluno surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo é um recorte da realidade existente hoje em nosso país quanto a entrada e permanência do aluno D.A./surdo no Ensino Superior.

Considerando meu anseio em desvelar de forma experimental o que significa ter um aluno incluso no Ensino Superior, e ainda poder contribuir com esta temática, uma vez, que estou concluindo a Pedagogia com habilitação em Educação Especial, iniciei este estudo a fim de apontar alguns caminhos que pudessem minimizar as dificuldades dos alunos quanto aos desafios que a inclusão representa em sua totalidade, e também, motivar os professores a procurarem respostas e reflexões sobre a própria prática ante ao desafio representado pela inclusão deste público diferenciado na escola.

Através de questionário destinado aos professores, constatei que são muitas as inseguranças quanto ao processo de inclusão da aluna surda. Os professores, diante das dificuldades e anseios demonstraram que existem alguns fatores como: desconhecimento de como lidar com a aluna; a falta de ferramentas da linguagem suficientes para a comunicação com ela; orientações insuficientes quanto às adaptações curriculares e de avaliação, dentre outros.

Diante das descobertas feitas nas análises dos questionários aos professores que hoje ministram aulas para a aluna surda, propõe-se que busquem capacitação com profissionais especializados na área da Educação Especial, bem como cursos de LIBRAS, e de formação continuada, para que possam se sentir mais preparados a encarar os desafios da adversidade, lembrando, que é preciso que haja um comprometimento com esta profissão de forma ética e respeitosa, tendo a consciência de que são educadores, e formadores de opiniões.

Diante da análise das respostas da aluna surda, ao declarar as dificuldades vividas em todo seu percurso escolar, percebe-se o grande avanço que esta aluna está vivendo ao encontrar uma faculdade que a acolha respeitando a sua diferença e cumprindo a lei ao lhe proporcionar uma intérprete.

Minha maior realização na concretização deste trabalho, aconteceu ao sentir a vibração e euforia da aluna surda ao responder a questão em que eu lhe perguntava sobre quais eram as expectativas profissionais dela. Este momento para mim, foi de extrema emoção, ao ver, ouvir e sentir (antes mesmo, da intérprete traduzir para mim) a vibração com que ela me respondeu, sobre a satisfação em

estar cursando o Ensino Superior, para assim poder aprender mais sobre os caminhos para ajudar as crianças surdas, e transformar suas vidas que dependem de muito estímulo, afeto e ensino de qualidade para poderem alcançar uma vida plena, como todas as crianças.

Estas declarações registradas através da entrevista com a aluna surda, devem motivar todos os alunos que possuam qualquer tipo de deficiência e encerraram o Ensino Médio e que porventura ainda não tenham decidido pela continuação ou não dos estudos devido às incertezas quanto ao bom desempenho diante das dificuldades que possam vivenciar. Essa decisão de fato é muito significativa na vida de qualquer indivíduo, contudo, como vimos, existem Instituições que vêm se adequando, ano a ano, para garantir a entrada e permanência de quaisquer alunos que tenham necessidades educacionais especiais.

A contribuição da intérprete para este presente trabalho, foi em nos mostrar, diante de sua experiência pessoal, que existem diferenças entre as vertentes utilizadas em nosso país. Desta forma, dispensamos um olhar mais cauteloso e atento quanto à essas diferenças, buscando desmistificar estas diferenças.

De fundamental importância também foi suas declarações quanto aos desafios que ela encontra para que sua prática na instituição ocorra de forma satisfatória, diante de suas declarações acreditamos que medidas podem ser tomadas pela instituição para que melhorias aconteçam, beneficiando o processo de forma geral, partindo dos profissionais envolvidos com o aprendizado da aluna, e em consequência a aluna que é a parte mais importante de todo o trabalho que está sendo realizado.

É preciso que haja um trabalho sério por parte das Instituições e associado ao desenvolvimento de um bom trabalho, é necessário que haja divulgação do trabalho para que todos as pessoas que tenham deficiência auditiva possam se sentir seguros e motivados em ingressar no Ensino Superior. Esta luta não deve ser apenas por parte da Instituição, é preciso que os próprios alunos, que se sentem despreparados e excluídos da sociedade, saiam da condição de limitados e assumam, os lugares que estão reservados a eles. Uma vez, que a luta em favor da inclusão, deve ser de todos os cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Diante de todas as descobertas e elucidações feitas no presente trabalho, fica as seguintes indagações: como dar a formação necessária para os

professores, coordenadores e intérprete envolvidos na educação de alunos surdos? Como atingir outras instituições que não estão abertas a adaptações necessárias? Quais os trabalhos que ainda precisam ser construídos e/ou melhorados, para que esta instituição atenda de forma satisfatória a essa nova clientela?

Deixo estas questões para que em próxima oportunidade, possamos dar seguimento a esse trabalho, a fim de melhorá-lo, enriquecê-lo, para que de fato, ele possa contribuir com a inclusão social.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Brasil Ltda, 1997.

BRASIL. Lei nº 9394/96 de 24 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN**. Brasília: Presidente da República.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC) 2005. Dados sobre números de deficientes auditivos no Brasil. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=62&Itemid=1>
acesso em 30/10/07

BEVILACQUA, M. C. **Conceitos básicos sobre a audição e deficiência auditiva**. Cadernos de Audiologia. Bauru: Hospital de Reabilitação Lábio-Palatal. Universidade de São Paulo, 1998.

BEVILACQUA, M. C. e MORET, A. L. M. **Deficiência auditiva: Conversando com familiares e profissionais da saúde**. São José dos Campos: Pulso, 2005.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

COSTA, R. **Sinais da Inclusão**. Disponível em:
<<http://universia.com.br/materia/materia.jsp?id=6236>>. Acesso em: 12 out. 2007.

Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre as necessidades educativas especiais. In: **Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Brasília: Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

DORZIAT, A. **Concepções de ensino de professores de surdos**. GT: Educação Especial. Número: 15. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2002.

GOLDFELD, M. **A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. 2ª Ed. São Paulo: Plexus, 2002.

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FONSECA, V. **Integração de estudantes portadores de deficiência auditiva no ensino superior: alguns dados de caracterização e de intervenção**. Espaço informativo técnico-científico do INÊS, Rio de Janeiro, n.13, p. 38-47, jun/2000.

FOREST, M. e PEARPOINT, J. **Inclusão: um panorama maior**. In: Mantoan, M.T.E. (org.) - **A integração de pessoas com deficiências: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

FREIRE, M. (Org.). **Grupo: indivíduo, saber e parceria.** São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREINET, C. **Pedagogia do Bom Senso.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação.** Campinas: Autores Associados, 1996.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LEONTIEV, O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.

MARTINS, V. O. **Intérprete ou professor: o papel do intérprete de língua de sinais na educação inclusiva de alunos surdos.** 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia em Educação Especial) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2004.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A; OMOTE, S. (Org). **Colóquios sobre a pesquisa em Educação Especial.** Londrina – PR: Eduel, 2003. p.11-25.

MONTEIRO, M. S. **Processos Tradutórios, Línguas de Sinais e Educação.** Grupo de Estudos Surdos e Educação ETD – Educação Temática Digital. Campinas, v.7, n.2, p.157-166, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592. 165

OMOTE, S. (1999). Normalização, Integração, Inclusão... **Revista Ponto de Vista.** v. 1, n° 1, julho-dezembro.

RINALDI G. et al. Brasil, Secretaria da Educação Especial **Deficiência da Audição** Volume I Brasília 1997.

ROSA, A. S. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete.** 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia,** São Paulo, Cortez, 1991

SKLIAR, C. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: _____. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZABALZA, A. **Diários de aula.** Porto: Porto Editora, 1994.

ANEXO A**QUESTIONÁRIO ENTREGUE A PROFESSORES DA ALUNA SURDA NO 1º SEMESTRE 2007 DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

1. Como você soube que teria um aluno surdo em sua turma?
2. Você já havia trabalhado com um aluno surdo antes? Se sim, como foi essa experiência?
3. Você recebeu informações sobre as especificidades deste aluno? Quais? Por quem?
4. Como é a comunicação desse aluno? Ele precisa de intérprete?
5. Foi necessária a realização de alguma adaptação?
6. Como você avalia o desempenho do aluno surdo na sua disciplina?
7. Como você avalia a interação desse aluno com o resto da turma?
8. Como você vê a inclusão de alunos surdos no ensino superior?
9. Você gostaria de completar com alguma outra informação que não foi mencionada no questionário?

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO A ALUNA SURDA

1. Como ocorreu sua surdez? Quando foi?
2. Em seu percurso escolar, você enfrentou alguma dificuldade de aprendizagem ou ainda de socialização, por conta da surdez?
3. Frequentou escolas especiais bem como os serviços especializados como fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia e/ou outros?
4. Faz uso de aparelhos de amplificação sonora (AASI) ou ainda Implante Coclear?
5. Você conhece filosofias educacionais no Brasil como o Oralismo, Comunicação total e Bilingüismo? Em sua opinião, qual delas responde mais às suas necessidades? Por quê?
6. O que te motivou a cursar Pedagogia? Como se deu a escolha por esta instituição?
7. Pesquisou se em outras instituições de ensino havia adaptações para alunos com necessidades educacionais especiais?
8. Os professores te apresentam uma forma de avaliação diferenciada, ou você faz a mesma avaliação que o restante da turma? E os seminários, como tem apresentado?
9. Você acha que a faculdade está preparada para atender alunos com D.A/Surdez? Se não, o que falta?
10. Como é sua relação com a intérprete, os colegas e os professores?
11. Como você vê a colocação do aluno D.A./surdo no Ensino Superior?
12. Quais os seus anseios profissionais?
13. Você gostaria de completar com alguma outra informação que não foi mencionada no questionário?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO A INTÉRPRETE QUE ACOMPANHA A ALUNA SURDA

1. Quando e como surgiu seu interesse pela atividade de intérprete de língua de sinais?
2. Quais suas experiências em relação a esta profissão?
3. Como foi, ou ainda, tem sido seu processo de formação?
4. O papel de um intérprete, é dar voz e direito de comunicação ao D.A/Surdo. Na formação profissional de um intérprete, existe a orientação em relação ao intérprete traduzir na íntegra, o que foi dito pelo D.A/Surdo? Ou existem casos em que este profissional pode omitir informações, se julgar o comentário do D.A/Surdo irrelevante ou ainda antiético?
5. Realiza trabalhos de intérprete em outros lugares?
6. Quais as maiores dificuldades enfrentadas no dia-a-dia em relação à interpretação das aulas para a aluna que você acompanha?
7. Você recebe apoio da faculdade? Em que sentido?
8. Qual seu vínculo empregatício com a faculdade?
9. O que você pensa sobre a inclusão dos alunos D.A/surdos no Ensino Superior? Você acha que a aluna que você acompanha está incluída? Por que?
10. Você gostaria de completar com alguma outra informação que não foi mencionada no questionário?